



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
E CONTROLE

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2023**  
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Requer informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre falhas no CadÚnico com prejuízo potencial de R\$ 34 bilhões até dezembro de 2023.

Requeiro a V. Exa., conforme o art. 50, § 2º da Constituição da República, combinado com o art. 60, 115 e 116, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário da Comissão, sejam solicitadas informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre falhas apontadas pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União com a finalidade de avaliar o desenho, os procedimentos e a supervisão das ações de cadastramento das famílias no CadÚnico, bem como a confiabilidade dos dados, envolvendo a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Para tanto, requeremos as informações a partir dos seguintes questionamentos:

1. Em exame de qualidade dos dados realizado pela auditoria do Tribunal de Contas da União em 2023, constatou-se que 40,3% das famílias que recebiam o Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tinham renda superior à declarada no CadÚnico. Considerando isso, por quais razões o Ministério não identificou tais

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231809945700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Apresentação: 14/12/2023 12:14:26,060 - MESA

RIC n.3062/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
E CONTROLE

Apresentação: 14/12/2023 12:14:26,060 - MESA

RIC n.3062/2023

irregularidades e permitiu que esses pagamentos do Programa Bolsa Família fossem realizados de maneira indevida?

2. Após a constatação das falhas e dos pagamentos indevidos, assim como as determinações exaradas no Acórdão nº 2.342, de 2023, do Plenário do Tribunal de Contas da União, quais foram as medidas e providências adotadas pelo Ministério? Foram realizados bloqueios de benefícios? Se sim, qual o valor correspondente ao montante bloqueado?

3. Quais são as normas que norteiam a coleta de dados no CadÚnico em relação à autodeclaração como base dos processos de inserção, atualização e revisão cadastrais? O Ministério entende que essas normas atendem as demandas e alimentam corretamente os sistemas de dados?

4. Qual o controle realizado pelo Ministério em relação à inserção dos dados provenientes de autodeclaração no CadÚnico para que se garanta a veracidade dos dados obtidos? Por quais razões esse controle não permitiu que fossem detectadas as falhas, se procedendo ao pagamento indevido do benefício do Programa Bolsa Família no ano de 2023?

5. Em visitas realizadas aos municípios durante a auditoria do Tribunal de Contas da União, os gestores municipais apontaram insuficiência das orientações e ausência de canais de comunicação com o Ministério. As respostas aos questionários revelaram que 53% dos gestores municipais consideravam não ter recebido ação específica de orientação para consulta ao CNIS e 22% alegaram desconhecer a existência de canal de atendimento. Nesse sentido, qual é a estrutura designada pelo Ministério durante o ano de 2023 para supervisionar e prestar apoio técnico aos municípios e seus gestores?

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | cffc.decom@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231809945700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



\*CD231809945700\*  
exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
E CONTROLE

Por fim, incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 552/2023, de autoria do Deputado Junio Amaral, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 13/12/2023.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2023.

Deputada **Bia Kicis**  
Presidente

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161/163 - CEP 70160-900 - Brasília/DF  
Telefone: (61) 3216-6671 a 6675 | [cffc.decom@camara.leg.br](mailto:cffc.decom@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231809945700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Apresentação: 14/12/2023 12:14:26,060 - MESA

RIC n.3062/2023



\*CD231809945700\*  
ExEdit